

Artigo

CIÊNCIA BRANCA, ORIGEM NEGRA: O BIODETERMINISMO AO LONGO DA HISTÓRIA

WHITE SCIENCE, BLACK ORIGIN: BIODETERMINISM THROUGHOUT HISTORY

Jéssica Ohana Silva Pereira¹ 0000-0002-5226-0643
Zoraide Portela Silva² 0009-0008-5135-1026

¹Colégio Estadual Luís Prisco Viana, Lagoa Real, Brasil - jessicaohanasp@gmail.com
²Universidade do Estado da Bahia, Caetitê, Brasil - zoraideportelas@gmail.com

Resumo:

Analisando historicamente o biodeterminismo, o século de XIX foi palco para o crescimento dessa ideologia, foi marcado pelo fascínio pela ciência e os fatos que pudessem ser testados e quantificados pelo olhar científico destacavam-se com uma credibilidade quase inabalável. Inúmeras teorias raciais foram desenvolvidas nesse contexto histórico e ganharam adeptos em várias nações, são produções categorizadas como racistas e que alimentam uma das vertentes do racismo que é o racismo científico. As produções acadêmicas objetivavam confirmar crenças que os cientistas já traziam consigo como verdade incontestável: a existência de diferentes raças humanas e a hierarquização entre elas, colocando sempre os povos indígenas e negros como os que possuíam menos inteligência e estavam mais predispostos fisiologicamente ao trabalho braçal. Tais teorias utilizaram de crânios humanos a cálculos matemáticos para respaldar a expansão capitalista europeia que se tornou o que é através do trabalho escravo. Mesmo sem rigor metodológico, os estudos foram ganhando espaço, ocupando outras áreas do conhecimento como a criminologia e a psicologia e muito das ideias preconcebidas e racistas que socialmente continuam nos dias atuais decorrem desses trabalhos que, mesmo não tendo credibilidade, se refazem, ressurgem e permanecem.

Palavras-chave: biodeterminismo; racismo científico; ciência.

Abstract:

Exploring biodeterminism from a historical perspective, the 19th century served as the stage for the proliferation of this ideology. It was characterized by a fascination with science, and facts that could be subjected to scientific scrutiny and quantification held an almost unshakable credibility. Racial theories emerged during this period, garnering followers across nations. These productions are categorized as racist and contribute to one of the branches of racism known as scientific racism. Academic endeavors aimed to substantiate beliefs that scientists held as unquestionable truths: the existence of distinct human races and the hierarchical ranking among them. Thus, consistently assigning lesser

intelligence to indigenous and black populations, believed to be more physiologically predisposed to manual labor. Using human skulls and mathematical calculations, these theories sought to justify the European capitalist expansion, which flourished through the institution of slavery. Despite a lack of methodological rigor, these studies gained traction, extending their influence into other realms of knowledge such as criminology and psychology. Many of the preconceived and racist notions that persist in society today find their roots in these works. Although lacking credibility, these ideas manage

Keywords: biodeterminism; scientific racism; science.

Introdução

Como tudo começou sempre foi uma curiosidade humana que teve a religião como uma das primeiras instituições a tentar explicar a origem da vida até o momento que as crenças religiosas deixaram de ser suficientes. O que movimenta a ciência é a curiosidade e um dos fatores que mobiliza a atividade científica é a busca por tentar desvendar o que ainda não sabemos.

O monogenismo e o poligenismo foram teorias que circulavam no meio científico do século XVIII e que ganhou força no século XIX. A primeira, criada sob a influência do criacionismo, dizia que a raça humana teria surgido de Adão e Eva, conforme a religião católica conta, e o ambiente e a miscigenação seriam os motivos que explicariam os diferentes grupos humanos. Já a segunda teoria, também imersa em concepções católicas, elucidava que Deus teria criados diferentes raças humanas a partir de vários Adão.

Em meados do século XIX as discussões entre monogenistas e poligenistas aquecem os debates científicos e é nesse século que teorias e pesquisas de todos os tipos crescem, juntamente com a preocupação com a ciência de um modo geral, ganhando espaço e credibilidade perante a sociedade. O contexto histórico desse período é marcado por uma classe específica que dominava o universo científico e que utilizava a ciência como uma obra de evidente utilidade para os grupos detentores de poder. Essa classe apresentava características fenotípicas bem determinadas: homens e brancos.

No século da cientificidade, o ser humano deixa de ocupar o lugar de objeto filosófico para se tornar objeto científico a partir do momento que a ciência começa a se apropriar do ofício de explicar as discrepâncias humanas. Nesse sentido, a matemática, física e a biologia começam a desempenhar o papel de desenvolver modelos explicativos da diversidade fazendo surgir a ideia de que características biológicas ou condições

ambientais seriam capazes de determinar ou explicar diferenças no âmbito moral, psicológico e intelectual entre as diferentes “raças” (Almeida, 2019).

O determinismo biológico surge desse lugar de afirmar a existência de pessoas constituídas de “material inferior”, em que apenas a ciência produzida por homens brancos poderia quantificar inteligências e hierarquizar os diferentes grupos humanos, desde que a “raça” branca ocupasse sempre o topo da hierarquia como a “raça” mais brilhante, evoluída e inteligente e, por muito tempo, considerada a obra divina mais perfeita, enquanto a “raça” negra era reconhecida como a escória da humanidade.

Dando um salto no tempo, chegamos ao momento presente em que as pesquisas científicas uniram evidências suficientes para afirmar que a origem humana é negra. O primeiro *Homo sapiens* que se tem registro data de 300 mil anos atrás encontrado no norte da África, região de Jebel Irhoud hoje parte do Marrocos e, os outros três conjuntos de fósseis mais antigos de *H. sapiens*, eram oriundos do leste da África subsaariana com idade máxima de 195 mil anos¹.

Em contrapartida, por muito tempo acreditou que a população europeia sempre apresentou pele branca, porém estudos recentes evidenciam que essa característica fenotípica é algo recente, biologicamente falando. O “Homem de Cheddar” descoberto em 1903 na caverna Gough, na Garganta de Cheddar, em Somerset, é um dos mais antigos britânicos que se tem registro. Sobre ele, a comunidade científica até pouco tempo atrás, supunha se tratar de um homem de pele branca e cabelo liso, mas a reconstrução feita através de estudos genéticos sugere fortemente que ele tinha olhos azuis, pele “muito escura ou negra” e cabelos escuros e crespos².

A notícia sobre a descoberta circulou pelas revistas e sites do mundo inteiro no ano de 2018 e a datação com radiocarbono mostrou que o fóssil tem 10 mil anos. O Homem de Cheddar é apenas um indivíduo, mas também é um indicativo da população europeia daquela época. Diante das evidências científicas disponíveis hoje, pode-se afirmar que a característica fenotípica pele branca tem menos de 10 mil anos, algo extremamente recente, perante os parâmetros de tempo evolutivo.

¹ Fonte: Revista Pesquisa Fapesp. Edição 256 jun. 2017 <https://revistapesquisa.fapesp.br/mais-velho-homo-sapiens-de-300-mil-anos-e-encontrado-no-marrocos/>

² 07/02/18 - 13h57 <https://istoe.com.br/ha-10-mil-anos-britanicos-tinham-pele-escura-e-olhos-azuis-diz-estudo/>

As teorias raciais que alimentaram o determinismo biológico já caíram por terra há algum tempo, mas esse fato não decreta o fim do racismo e nem as tentativas de tentar justificá-lo. Da mesma forma que ainda está presente e se fortifica através do meio social, o racismo alcançou a ciência pelas mesmas vias: surgindo primeiramente nas relações sociais e no senso comum. Tudo já produzido pelo determinismo biológico serviu apenas para alimentar um preconceito já existente, criando caminhos completamente controversos, falsos e manipuláveis para hierarquizar grupos humanos e defender práticas, comportamentos e decisões racistas nas esferas de poder e governança, mas também no senso comum.

Quando falamos sobre teorias raciais, existem nomes marcantes que ocupam o lugar de protagonistas na criação de hierarquias entre os grupos sociais através do falso entendimento de que haveria diferentes “raças” humanas cujo ponto determinante seria a cor da pele. São nomes como Georges Cuvier, Louis Agassiz, Morton, Galton, Lombroso que alimentam os dados e estudos que compõem o que chamamos de racismo científico.

O termo racismo científico corresponde a uma crença científica que tem como objetivo central produzir pesquisas com rigor acadêmico que justifiquem ou apoiem o racismo ou a inferioridade ou superioridade racial. Para a época, tratava-se de pesquisas com credibilidade perante a comunidade, principalmente por se tratar de dados que beneficiava a elite da sociedade europeia. Eram pesquisas feitas por homens brancos, para homens brancos, em que eles estavam sempre postos acima dos demais humanos no topo da sociedade.

Os naturalistas e pesquisadores citados anteriormente, mesmo atuando em tempos diferentes, mantinham uma característica em comum: a manipulação de dados e métodos de pesquisas para que, ao final, o resultado fosse o mesmo de manter a “raça” branca como a mais evoluída e inteligente, enquanto a “raça” negra ocupava o outro extremo. O que eles diriam se tivessem a possibilidade de ter acesso aos estudos de hoje e descobrir que eles também “já foram” negros? Há chances de que nada se alterasse diante as suas concepções. Digo isso observando que, mesmo hoje, com todo acesso à informação e tecnologias, a crença de que existem grupos humanos superiores e inferiores ainda existe, fazendo o racismo permanecer vivo e forte e ainda sustentado em concepções racistas criadas pelas teorias do determinismo biológico.

Para conhecer o racismo científico e o quanto os vestígios desses estudos ainda estão presentes é preciso fazer um regaste histórico e entender o contexto e como as

pesquisas e teorias eram criadas. Iniciemos falando sobre George Cuvier, um dos três maiores naturalistas do século XIX, um dos fundadores da geologia, da paleontologia e da moderna anatomia comparada, aclamado na França como o Aristóteles de sua época. Ocupa espaço no racismo científico afirmando em suas produções, que a forma física dos nativos africanos se aproximava da forma animal, a inteligência nunca seria suficientemente grande para chegar a estabelecer um governo regular, sendo assim a mais degenerada das “raças” humanas.

Inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos, é Georges Cuvier quem introduz e inaugura o termo raça na literatura mais especializada em inícios do século XIX (Schwarcz, 1993). Foi um dos cientistas a “estudar” o corpo de Sarah "Saartjie" Baartman, mulher africana exibida como aberração em eventos na Europa do século XIX recebendo o nome de “Vênus Hotentote”³ e, ocupando o lugar de um dos “pais” da anatomia comparada, descrevia as características corporais de Saartjie como deformações anatômicas, representando-a como uma macaca para diferenciar das mulheres brancas europeias e utilizando paradigmas culturais e científicos da época para construir a imagem da mulher africana, selvagem e primitiva de forma útil e adequada ao momento histórico, em que o capitalismo europeu encontrava-se em expansão (Citeli, 2001).

Reconhecido como grande naturalista suíço, Louis Agassiz conquistou sua reputação na Europa por ter sido discípulo de Cuvier. Foi professor de Harvard onde fundou, dirigiu o Museu de Zoologia Comparada e ocupou o cargo até a sua morte em 1873, recebendo o reconhecimento de ter sido referência na consolidação do prestígio da biologia americana no século XIX. Era taxonomista e pertencia ao grupo dos separacionistas: concentrava-se nas mínimas diferenciações e criava espécies baseados em minúsculos detalhes de composição (Gould, 2014).

³ Saartjie Baartman era uma mulher negra que nasceu e viveu na África do Sul entre os séculos XVIII e XIX. Trabalhava, provavelmente submetida à escravidão, para uma família de holandeses que havia se instalado no continente africano como colonizadores. O nome Sara foi dado por esses holandeses e a viagem feita em direção à Europa, foi com a promessa de ficar rica e famosa através de apresentações sobre sua “diferença”. Nos palcos ingleses, Saartjie ficou conhecida pelo tamanho das suas nádegas e, depois de ser “estudada”, pelo tamanho dos seus lábios vaginal. No século XIX haviam casas que tinha interesses em “espetáculos bizarros” e serviam para diversão dos ocidentais ao expor a existências de pessoas “estranhas”, “feias” e diferentes do que estavam acostumados a vivenciar nos domínios europeus. Para mais informação, indico a leitura de “Saartjie Baartman entre a hiperssexualização e as teorias sociais: A criação de uma vênus negra no século XIX”, S. S. Frausino, 2017.

Sem jamais ter visto uma pessoa negra na Europa, o primeiro contato de Agassiz foi descrito em carta enviada para sua mãe e nela, expressa com notável franqueza que “sentiu intensa e profunda aversão quando se viu diante de camareiros negros de seu hotel na Filadelfia”, e tal experiência, juntamente com “seus temores sexuais com relação à miscigenação, aparentemente despertou-lhe a convicção de que os negros constituem uma espécie em separado” (Gould, 2014, p. 32).

A carta datada de dezembro de 1846 encontra-se na Biblioteca Houghton da Univerdade de Harvard e a primeira vez que foi publicada foi através da obra de Stephen Jay Gould (2014). Em um trecho, o naturalista chega a dizer “que desgraça para a raça branca ter ligado sua existência tão intimamente à dos negros em certos países!” (Gould, 2014, p. 32).

Para além da carta, as publicações acadêmicas de Agassiz compartilhavam das mesmas concepções. A principal exposição sobre raças humanas publicada por ele foi em 1850, nesta e em produções posteriores ele tece diversas afirmações como: a impossibilidade de diferentes “raças” ocuparem a mesma posição na sociedade humana, além de indicar que a educação deve ser adaptada às “habilidades inatas”, cabendo aos negros o treinamento para o trabalho manual e os brancos para o trabalho intelectual, chegando ao ponto de dizer que a igualdade social nunca deverá ser praticada, pois trata-se de uma impossibilidade natural do caráter da raça negra (GOULD, 2014). Em cartas escritas durante a Guerra Civil, Agassiz expressa suas ideias políticas de forma mais abrangente e ainda mais energética:

“Uma vez que os negros são “indolentes, traquinas, sensuais, imitativos, subservientes, afáveis, versáteis, inconsistentes em seus propósitos, devotados, carinhosos, num grau que não é observado em nenhuma outra raça, eles só podem ser comparados a crianças, pois, se bem que sua estatura seja de adulto, conservam uma mentalidade infantil... Afirmo, portanto, que eles são incapazes de viver em pé de igualdade social com os brancos, no seio de uma única e idêntica comunidade, sem se converter num elemento de desordem social”. (Gould, 2014, p.36).

O trecho acima foi escrito em 10 de agosto de 1863 por Agassiz e publicadas pela sua esposa, mas, segundo Gould (2014), as cartas foram expurgas sem a devida explicação, necessitando ao biólogo recorrer às cartas originais da Biblioteca Houghton de Harvard. Ainda sobre esses registros, Agassiz expressava o seu temor com relação a miscigenação racial através de casamentos mistos e, na busca de justificação para a quantidade de mestiços presentes nos Estados Unidos, atribui às mulheres mestiças a

conotação de hipersexualização afirmando que “assim que o desejo sexual começa a despertar nos jovens sulistas, é-lhes fácil satisfazê-lo à prontidão com que lhes brindam as criadas de cor [mestiças]” e atribui ingenuidade aos jovens cavalheiros sulistas ao não resistirem à “receptividade sexual das criadas” (GOULD, 2014, p.37).

Agassiz esteve no Brasil em 1865 em uma expedição intitulada “Thayer” em que, entre outras produções científicas, houve a coleta de grande número de espécimes animais, em especial de peixes de todo o território brasileiro, que resultaram na identificação de centenas de novas espécies (HAAG, 2010; ANTUNES, 2015). Grande opositor das ideias de Darwin, viu seu prestígio ser questionado após a publicação de “A origem das espécies” e usou a expedição Thayer para recolher provas materiais da “degeneração racial” provocada pelo “mulatismo”, característica marcante do Brasil, também chamado de “paraíso racalista” (HAAG, 2010, n.p.).

As provas materiais consistem em quase duzentas imagens reunidas em uma coleção fotográfica que permaneceu guardada, e, em grande parte, intocada, no Museu Peabody de Arqueologia e Etnologia da Universidade de Harvard, em sua maioria inéditas devido ao seu conteúdo polêmico por configurarem retratos nus da população africana no Rio de Janeiro e dos tipos mestiços de Manaus (HAAG, 2010; PADOVANI, 2010).

Sobre o material fotográfico produzido pela equipe de Agassiz na expedição Thayer cabe inúmeras análises e estudos acadêmicos de cunho antropológico, iconográfico, mas uma observação significativa possível de ser feita acerca da coleção é sobre a relação de poder que pode ser analisada através das fotografias. Toda a expedição é carregada de uma concepção científica, porém quanto ao que refere as fotografias registradas pelo fotógrafo aprendiz Walter Hunnewell, o local retratado está longe de ser um ambiente asséptico laboratorial que as ciências modernas do século XIX queria montar pois, segundo Padovani (2010), há fotografias de mulheres indígenas vestidas com aparatos como vestido estilo vitoriano, adornadas com joias e alianças, e que também aparecem sendo fotografadas nuas ou semidespidas.

O fato é que grande parte das fotografias dos homens foram feitas com eles completamente nus. Algumas mulheres posaram nuas e outras desnudas apenas os seios e todos e todas fotografadas de frente, de costas e de perfil, porém poucas mulheres brancas foram registradas e descritas por Agassiz (KURY, 2001). As fotografias explicitam um ultrapassar de relações entre cientista e objeto de estudo, alimentando o imagético racial e sexual de Agassiz e desvelando raças marcadas por eroticidades,

gêneros e sexos em oposição, em que de um lado está o homem branco euro-americano em contraposição ao feminino miscigenado e posto em situação de submissão.

O mais importante representante da etnologia poligenista norte-americana foi Samuel Morton e o tempo que Agassiz passou em Filadélfia, esteve em contato com o famoso médico e cientista Morton e com a coleção anatômica do médico que constava uma quantidade superior a 600 crânios, a maioria pertencentes a índios de várias tribos que habitavam a América. (KURY, 2001). Morton foi aclamado como o grande objetivista e coletor de dados da ciência americana, aristocrata da Filadélfia duas vezes graduados em medicina, começou sua coleção em 1820 chegando a mais de mil crânios humanos quando faleceu em 1851 e, no dia do seu falecimento, foi noticiado que nenhum outro cientista americano gozou de maior reputação entre os estudiosos de todo o mundo (Gould, 2014).

O foco e objetivo central para iniciar a coleção de crânio era comprovar a hipótese de que, através das características físicas do cérebro, principalmente ao que se refere ao tamanho, poderia validar a hierarquia racial e, nesse sentido, Morton e sua coleção de crânios tornaram-se importantes marcos para o início da hierarquização das raças (Gould, 2014).

A base da hierarquização estabelecida por Morton era o tamanho médio de seus cérebros e a metodologia para efetuar esse cálculo era encher a cavidade craniana com sementes de mostarda branca peneirada e depois despejar essas sementes em um cilindro graduado para obter o volume cerebral em polegadas cúbicas. Porém, as sementes eram leves e desiguais, impossibilitando um resultado uniforme e por isso os crânios de 80 polegadas cúbicas poderiam sofrer uma variação de 4 polegadas, representando mais de 5% de variação em uma medição e outra do mesmo espécime, e como forma de reduzir essas alterações, Morton trocou sementes por balas de chumbo (Gould, 2014).

Entre as maiores publicações sobre o tamanho dos crânios humanos, três foram de Morton: *Crania Americana* em 1839 com o foco nos índios americanos, *Crania Aegyptiaca* em 1844 com crânios provenientes das tumbas egípcias e o epítome de toda a sua coleção em 1849 e, para cada obra, foi elaborado um quadro síntese que resumia todos os resultados acerca dos diferentes volumes cranianos e distribuídos segundo a raça (Gould, 2014).

Esses quadros representam a maior contribuição da poligenia americana aos debates sobre hierarquia social, sobrevivendo à várias teorias das criações, tendo sido

reimpressos em várias ocasiões durante o século XIX e considerados como dados sólidos e irrefutáveis provas do diferente valor mental das raças humanas sendo, aos olhos de Gould (2014, p.42), “desnecessário dizer que esses dados coincidiam com os preconceitos de todo bom ianque” e que a posição social e a possibilidade de acesso ao poder na época de Morton refletiam fielmente os méritos biológicos dessas raças.

Morton havia fornecido dados “límpidos “ e “objetivos” baseados na maior coleção de crânio do mundo. Quem iria se opor aos ditames da natureza? Stephen Jay Gould. É sobre os experimentos de Morton que o biólogo tece considerações mais enfáticas, chegando a refazer o caminho traçado e narrado pelo naturalista que, como se declarava objetivista, publicou todos os seus dados brutos, possibilitando a inferência segura sobre os passos empreendidos por Morton para chegar aos resultados exibidos pelos quadros (Gould, 2014).

Com inúmeras falhas metodológicas e posicionamentos de caráter presunçoso e imparcial, Morton construiu seus dados ao ponto de ser possível afirmar que “os dados resumidos dos quadros formam uma colcha de retalhos de falsificações e acomodações evidentemente destinadas a verificar determinadas crenças a priori”, a começar por afirmativas que deixam transparecer preconceitos quando, junto às características biológicas, tecia descrições como: “sensuais, ingratos, obstinados, insensíveis” (Gould, 2014, p. 43).

Ao refazer as médias dos crânios medidos foi possível, para Gould, perceber falhas de cálculos matemáticos que permitiam manter a escala hierárquica: brancos acima, índios no meio, negros abaixo e, quanto às falhas metodológicas, a principal foi o critério de escolha dos crânios estudados: enquanto os crânios da “raça” branca correspondiam em sua maioria à homens, eliminando a amostragem de indianos cujo cérebro é pequeno, a quase totalidade dos crânios utilizados para calcular a média da “raça” negra eram de mulheres.

Considerando-se as discrepâncias de tamanho do corpo, correções adequadas deveriam ter sido introduzidas caso se tratasse de uma pesquisa não tendenciosa, pois os homens tendem a ser mais altos que as mulheres e, conseqüentemente, seus cérebros são maiores. Porém, Morton nunca separou seus crânios por sexo ou estatura “porque a única coisa que lhe interessava era interpretar diretamente as diferenças do tamanho do cérebro como diferenças de inteligências” (Gould, 2014, p. 51).

A diferença média entre amostras caucásicas e negroides de Morton é de 4 polegadas e, visto que selecionava crânios masculinos e femininos de forma tendenciosa, as diferenças de capacidade mental média refletem apenas as diferenças à variação sexual de estatura, e não a uma variação de “inteligência”. Contudo, não era apenas a escolha dos crânios que seguia um critério tendencioso, mas também a forma de os medir:

“Morton, utilizando o método das sementes, vê-se diante de um crânio negro ameaçadoramente grande: preenche-o com sementes sem apertá-las e dá-lhe apenas uma leve sacudidela. Depois toma o crânio de um caucásico de dimensões lamentavelmente pequenas, agita-o com energia e pressiona bem com o polegar o *foramen magnum*. A coisa é fácil de ser feita, sem a interferência de nenhum propósito deliberado; as expectativas constituem um poderoso guia para a ação” (Gould, 2014. P. 55).

Em resumo, a conclusão da análise minuciosa de Gould ao refazer o caminho científico das pesquisas de Morton afirma que a hierarquia tradicional proposta em seus dados não revela a existência de nenhuma diferença significativa entre as “raças”. De todo modo, as tergiversações de Morton são: incongruências tendenciosas e apresentam critérios desiguais; subjetividade orientada para a obtenção de resultados preconcebidos; omissões de procedimentos que parecem óbvias, como por exemplo Morton nunca ter calculado as médias separando por critérios de sexo ou estatura e ter feito uma amostragem de três crânios “hotentotes”, todos pertencentes a mulheres, para demonstrar a estupidez dos negros e uma amostragem completamente composta por crânios masculinos de ingleses para confirmar a superioridade dos brancos; além de erros de cálculos e omissões convenientes (Gould, 2014).

Mas todos esses “erros” e “deslizes” metodológicos dos estudos de Morton que culminaram na identificação do negro como espécie distinta, de forma servil ou não, veio a calhar como um argumento óbvio, atraente e muito bem estruturado a favor do processo de escravidão de povos africanos (Gould, 2014).

A segunda metade do século XIX foi marcado pela evolução na antropologia, mas não só, pois esse período é também marcado pela fascinação pelos números e pela ideia que medições rigorosas poderiam garantir uma precisão irrefutável, além de garantir a transição de especulação subjetiva para uma verdadeira ciência (Gould, 2014). Nesse contexto uma aliança se formou entre a evolução e quantificação forjando a primeira teoria racista “científica” considerada de peso.

Os líderes da craniometria eram escravos dos números, todavia, a ciência é fruto da interpretação criativa e os números sugerem, limitam e refutam, mas não especificam o conteúdo das teorias por si só, já que estas são construídas com base na interpretação numérica.

Em 1883 o termo “eugenia” foi cunhado por Francis Galton, considerado pioneiro da moderna estatística. Rico e independente, pôde gozar de uma liberdade pouco comum para depositar suas energias e inteligência no cultivo do seu tema favorito: a medição (Gould, 2014). A quantificação era o deus de Galton e crendo nesse deus, afirmava que, com empenho suficiente, qualquer coisa poderia ser medida e essa medição constituiria o critério básico de um estudo científico e carregaria um caráter hereditário.

Galton defendeu a regulamentação do matrimônio e do tamanho das famílias de acordo com o patrimônio hereditário dos pais e sua primeira obra sobre o caráter hereditário da inteligência inclui a antropometria entre seus critérios (Gould, 2014). Porém, nesse tempo de supervalorização da quantificação, foi o médico Robert Bennett Bean quem inovou com novas técnicas de medições.

Bean, com uma espécie de dom neurológico, encontrou diferenças por todas as partes, diferenças essas consideradas significativas porque confirmavam com cifras contundentes os seus preconceitos com relação à inferioridade das pessoas negras. Orgulhoso dos seus dados, em 1906 publicou um longo artigo técnico comparando cérebros de negros e brancos norte-americanos (Gould, 2014).

A pesquisa de Bean se desenvolveu a partir de estudos do “corpo caloso⁴” que é “uma estrutura interior do cérebro que contém um conjunto de fibras através das quais são conectados os hemisférios direito e esquerdo” (Gould, 2014, p. 66). Firmando-se no dogma fundamental da craniometria em que as funções mentais superiores estavam localizadas na parte anterior do cérebro e as capacidades sensoriomotoras na posterior, a hierarquização entre as raças, em sua concepção, poderia ser estabelecida com base nos tamanhos relativos das partes que formam o corpo caloso, para isso, mediu a longitude da parte anterior do corpo caloso, parte chamada de joelho, comparando-a com a longitude de esplênio, parte posterior do mesmo (Gould, 2014).

⁴ A estrutura estudada por Bean é conhecida atualmente por esse mesmo nome. É a **maior estrutura de substância branca** no cérebro, a função é de ligação entre os hemisférios, permitindo a comunicação entre os dois lados do cérebro e supõe-se que o corpo caloso desempenhe um papel primordial na cognição. Para mais informações: <https://www.kenhub.com/pt/library/anatomia/corpo-caloso>.

Diferente da craniometria clássica, Bean segue em sua monografia inteira sem citar o tamanho do cérebro em si, critério preferido e recorrente nos tempos de Morton, e razão da negligência é que não há diferença entre os cérebros de negros e brancos quanto ao tamanho geral e afirma que “tantos fatores incidem na pesagem do cérebro que talvez não seja proveitoso aqui analisar essa questão” (Bean, 1906, p. 409 *apud* Gould, 2014, p. 71).

Em vias gerais as conclusões de Bean caminham reafirmando “estudos” anteriores e preconceitos raciais que, em suas mãos, passaram por um aperfeiçoamento e recebe um toque de rigor “científico”. Além da insinuação de serem pessoas extremamente ligadas a sensualidade e às questões de ordem emocional, Bean destina a “raça” negra a habilidade para trabalho manual, tendência à instabilidade ligada a uma falta de domínio sobre si mesmo, principalmente no que se refere às relações sexuais e justifica que todos esses aspectos são previsíveis para pessoas negras, uma vez que a parte posterior de seu cérebro é grande enquanto a parte anterior é pequena (Gould, 2014).

Em 1907, ano após a publicação da sua monografia, Bean não manteve suas opiniões reservadas às publicações técnicas e aceita o convite de publicar dois artigos em revistas populares. Em uma delas oferece uma explicação

“Anatômica do fracasso total das escolas negras que oferecem ensino em nível superior, já que o cérebro do negro é tão incapaz de compreendê-lo quanto o de um cavalo que procurasse entender a regra de três... Os líderes de todos os partidos agora reconhecem que igualdade humana é um erro... É possível corrigir esse erro e eliminar uma ameaça à nossa prosperidade: uma larga fátia do eleitorado carente de cérebro” (Chase, 1977, p. 179 *apud* Gould, 2014, p. 72).

Os dados perfeitamente arquitetados levantaram as suspeitas de Franklin P. Mall, mentor de Bean e, considerando os dados bons demais, decidiu realizar o mesmo estudo, seguindo os mesmos passos, a não ser por um fator: faria os estudos de medições ignorando quais cérebros pertenciam a indivíduos negros e quais pertenciam a indivíduos brancos até depois de já serem medidos. A conclusão é a que hoje já sabemos e mesmo naquela época já havia quem questionasse: Mall, utilizando do método de Bean, não encontrou nenhuma diferente entre brancos e negros quanto aos tamanhos relativos do joelho e do esplênio (Gould, 2014).

Por mais uma vez, estudos que alimentam o racismo científico foram desmascarados ainda em seu tempo. A justificativa é basicamente porque as conclusões

não eram “ditadas pelo exame de uma documentação numérica copiosa, mas por preconceitos anteriores à investigação” e, nesse sentido, “os racistas e sexistas científicos restringem seu rótulo de inferioridade a um único grupo socialmente relegado; mas o sexo, a raça e a classe andam juntos e são permutáveis” (Gould, 2014, p.74).

As teorias racistas do século XIX eram produzidas dentro da comunidade científica, mas não se restringiam apenas a esse espaço. Com Bean esses dados “científicos” chegam ao senso comum inundando a imprensa popular a partir das revistas populares para consolidar um preconceito que nasceu dentro da esfera social. Quando ganhavam aceitação, muitas adquiriam vida própria, eram copiadas de fontes cada vez mais distanciadas das originais e tornava-se refratárias a qualquer tipo de refutação.

Em 1859 nasce a Sociedade Antropológica de Paris fundada pelo professor de cirurgia clínica da Faculdade de Medicina, Paul Broca (1824-1880), ainda na época em que os estudos antropológicos estavam ligados ao naturalismo. Em 1861 um grande debate estende-se nas reuniões da associação e no cerne da questão estava Louis Pierre Gratiolet sustentando que o tamanho do cérebro nada tinha a ver com o grau de inteligência (Gould, 2019).

Gratiolet era monarquista e se opunha a tese de igualitária, a sua questão era apenas buscar outros tipos de medição para confirmar a inferioridade dos negros e das mulheres e, assim, o debate seguiu sustentado em dados e pesquisas exposto por ambas as partes, mas ao final Gratiolet foi derrotado por Broca com a conclusão de que, em geral, os cérebros podem apresentar discrepâncias com relação ao sexo, idade, porém, em igualdade de condições, “existe uma notável relação entre o desenvolvimento da inteligência e o volume do cérebro” (Broca, 1861, p. 304 *apud* Gould, 2014, p. 76).

Em uma enciclopédia, cinco anos mais tarde, Broca publica um artigo em que o pesquisador se expressa de forma mais esmagadora, associando características físicas a ascensão social e traços de inteligências

“O rosto prognático [projetado para frente], a cor de pele mais ou menos negra, o cabelo crespo e a inferioridade intelectual e social estão frequentemente associados, enquanto a pele mais ou menos branca, o cabelo liso e o rosto ortognático [reto] constituem os atributos normais dos grupos mais elevados na escola humana [...] Um grupo de pele negra, cabelo crespo e rosto prognático jamais foi capaz de ascender à civilização” (Broca, 1866, p. 208 *apud* Gould, 2014, p. 76).

Acima, em trecho escrito por Broca em 1866, é possível analisar estereótipos do século XIX que está intrínseco socialmente até hoje, século XXI. Constantemente, direta e indiretamente, questões sociais, econômicas, estão correlacionadas com traços fenotípicos e organizadas em modo hierárquico, ditando quem está predisposto a ocupar determinados espaços e posições e, a serviço da manutenção de estereótipos, estão os meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional.

Não é incomum, por exemplo, que membros de grupos minoritários se sintam desencorajados a estudar, dedicar-se e competir por vagas nas profissões que recebem prestígios sociais, como por exemplo os campos da medicina, direito e engenharia. A justificativa parte do conhecimento das barreiras sociais impostas pois já “internalizaram os estereótipos que compõem a visão média da sociedade acerca do desempenho deles”, assim como internalizaram que não são bem-vindos nesses espaços de poder (Almeida, 2019, p. 100).

Broca reconhece que as palavras proferidas são duras, porém afirma que nada pode fazer visto que é a natureza que estabeleceu que as coisas fossem assim. Outra personalidade, assim como Gratiolet, ousou reafirmar a ausência de diferenças entre as capacidades cranianas de brancos e negros, dessa vez tratava-se de Friedrich Tiedemann, grande anatomista alemão, mas que também foi “crucificado” por Broca cujo argumento para o equívoco de Tiedemann é que se deixou levar por uma ideia preconcebida (Gould, 2014).

O ponto central de Broca e o seu preconceito fundamental surge da crença de que as “raças” humanas podiam ser hierarquizadas em uma escala linear de valor intelectual e entre os objetivos da etnologia, o professor destacou a determinação da posição relativa das raças dentro da escala humana e, para isso, buscou características significativas que permitissem confirmar a existência da hierarquia (Gould, 2014).

É comum notarmos socialmente, principalmente em situações de discriminação racial, a comparação pejorativa de pessoas negras com diferentes espécies de macacos, e a raiz desse estereótipo, segundo Gould (2014), surge em 1878 com Cuvier após “estudar” a “Vênus hotentote” e a descrever e comparar com primatas quando diz que seus lábios projetados para a frente como pode ser observado em orangotangos, movimentos abruptos que lembravam os dos símios, lábios monstruosamente grandes, orelhas como as de muitos macacos.

De maneira geral, afirmava serem características animais, mas Broca havia se esquecido que chimpanzés tem lábios finos e delgados, assim como geralmente são os lábios das pessoas brancas. O corpo humano pode ser medido de muitas formas diferentes e “qualquer investigador convencido de antemão da inferioridade de determinado grupo pode selecionar um pequeno conjunto de medições para ilustrar a maior afinidade do mesmo com os símios” (Gould, 2014. P. 79). Partindo de um pressuposto, todos os dados”, “evidências”, “resultados” de pesquisas caminharão para satisfazer e legitimar à ideia pré-concebida.

Com a entrada do século XX, os argumentos craniométricos perderam as forças quando os deterministas começaram a focar a atenção nos testes de inteligência que, nada mais eram que uma via mais direta para legitimar a mesma meta de hierarquizar os grupos humanos de acordo a sua capacidade mental (Gould, 2014). Nesse processo, as concepções preconceituosas e racistas presentes nos estudos sobre a forma e tamanho dos crânios foram expostas.

O marco do apogeu da craniometria é o momento em que Franz Boas, antropólogo norte-americano, mostrou que as medições entre indivíduos adultos do mesmo grupo variavam, assim como no transcorrer da vida do mesmo indivíduo, dando fim ao legendário índice craniano. Entretanto, a associação de cabeças grandes com vantagens intelectuais custa a desaparecer completamente e ainda estava presente em produções de 1964: a *Encyclopaedia Britannica* que “incluía entre as características da raça negra, além do cabelo crespo, um cérebro pequeno com relação ao tamanho do corpo” (Gould, 2014, p. 107).

O antropólogo sul-africano P. V. Tobias, em 1970, escreveu um artigo denunciando o mito sustentado cientificamente por tantos anos e ainda arraigado em seu século. No artigo, Tobias enumera quatorze fatores passíveis de provocar distorção, entre eles: como era a conservação desses cérebros? A que temperatura eram mantidos? Em que nível se separa o cérebro da medula espinhal? As meninges (membranas que recobrem o cérebro) devem ser retiradas ou não para a medição? Quanto tempo após a morte do indivíduo o cérebro deve ser pesado? Enfim, o fato é que a literatura sobre os estudos de craniometria não especifica e todos os fatores expostos por Tobias permanecem sem resposta, denunciando e concluindo que os milhares de sujeitos estudados e os milhares de páginas publicadas são inválidas para determinar se negros tem ou não cérebros menores que os brancos (Gould, 2014).

E não haveria de serem válidas visto que todo esforço científico era para justificar uma certeza que já tinha sido construída socialmente. Nesse sentido, a ciência estava entregue e a serviço da criação de estereótipos e preconceitos que, ao passar dos tempos, foram ganhando mais força e vitalidade, construindo significativos capítulos de uma história única contada apenas por um viés: o da branquitude.

Na cronologia dos estudos e teorias raciais, os dados sobre crânios foram utilizados por muitos pesquisadores afim de estabelecer falsas distinções sobre os grupos humanos, desde criacionistas como Agassiz e Morton até evolucionistas como Broca e Galton. E como apêndices da teoria evolucionista, a teoria da “recapitulação”, velha teoria criacionista que foi reformulada pelo Ernst Haeckel, zoólogo alemão renomado, consistia em afirmar que todo indivíduo durante seu crescimento passa por uma série de estágios que correspondem sequencialmente às diferentes formas adultas de seus antepassados evolutivos, o que basicamente quer dizer que cada indivíduo escala a sua própria árvore de vida (Gould, 2014).

Com relação aos estudos sobre o ser humano, ele se posicionava como poligenista entendendo que havia hierarquização entre os humanos a partir de, tanto características físicas, quanto culturais, “especialmente através dos cabelos, cor da pele, forma do crânio e das línguas” e, por esse critério, ele dizia que os africanos se aproximavam do tipo simiano, acrescentando que “nenhum povo de carapinha teve história verdadeira” (Doria, 2007, p. 203).

Chegando a afirmar que indivíduos de cabelos crespos estavam ligados à pouco desenvolvimento intelectual e suscetíveis a possuir pouca cultura, a recapitulação de Haeckel serviu como teoria geral do determinismo biológico e, de acordo com essa visão, todos os grupos entendidos como “inferiores” eram comparados às crianças brancas de sexo masculino e esses grupos eram determinados por raças, sexo e classes (Oliveira; et. al., 2018; Gould, 2014). Além de ser absorvida por áreas como a psicanálise, a recapitulação influenciou diretamente na educação ao passo que currículos de escolas primárias do final do século XIX foram reelaborados para corresponder com as “comprovações científicas” de Haeckel (Gould, 2014).

Fornecendo uma base para argumentos antropométricos, a recapitulação foi usada para afirmar que as pessoas adultas de grupos “inferiores” seriam como as crianças dos grupos tidos superiores, porque a criança representa um ancestral adulto primitivo.

O envolvimento da área da psicologia foi significativa ao ponto de, em 1971, o psicólogo e determinista genético H. J. Eysenck postular a inferioridade dos negros em três fatores: 1 – bebês negros apresentam desenvolvimento sensório-motor mais veloz que bebês brancos; 2 – aos três anos o Q.I. médio dos brancos ultrapassa o Q.I. médio dos negros e 3 – haverá uma correlação negativa entre o desenvolvimento sensório-motor e o Q.I. posterior, postulando então que pessoas que apresentam Q.I. alto na infância tende a apresentar baixo Q.I. na fase adulta (Gould, 2014). Porém, Eysenck não estava levando em consideração que, em uma sociedade racista, crianças negras tendem a viver em ambientes pobres e sem oportunidades, interferindo diretamente em seu desenvolvimento, podendo provocar um Q.I. inferior.

Seguindo com os anais do determinismo biológico e seus inúmeros desdobramentos, as teorias racistas alcançaram o setor jurídico por intermédio de Lombroso, médico italiano, com a elaboração de estudos que “comprovavam” a criminalidade inata, chegando a criar uma disciplina fundada por ele intitulada “antropologia criminal” (Gould, 2014).

O período em questão trata-se do ano de 1870, porém as produções científicas de Lombroso, assim como vários outros fatores racistas produzidos pelo racismo científico, permanece na sociedade do século XXI como um ranço que se recusa a desaparecer. Para exemplificar e expor como os estudos de Lombroso ainda sobrevive nos tempos atuais, no dia 12 de agosto de 2020 a juíza da 1ª Vara Criminal de Curitiba, em uma decisão que condenou sete pessoas por organização criminosa, Inês Marchalek Zarpelon citou repetidamente a cor da pele de um homem negro.

Durante a sentença, a justificativa sustentada pela juíza de que Natan Viera da Paz, de 42 anos, fazia parte de um grupo que praticava assaltos no Paraná era embasada na cor da pele e no entendimento errôneo de raça, afirmando abertamente que o réu é “seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça”⁵. O caso foi encaminhado para a Corregedoria Geral da Justiça pelo Tribunal de Justiça do Paraná onde passará por apuração e é só um exemplo de como o racismo científico ainda vive.

⁵ As informações do caso Natan foram retiradas da matéria de título “Em sentença, juíza associa ‘raça’ de homem negro ao cometimento de crimes”, publicada em 12 de agosto de 2020 no site “Poder 360”, disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/em-sentenca-juiza-associa-raca-de-homem-negro-ao-cometimento-de-crimes/>.

A pesquisa de Lombroso chegou a ser reconhecida como uma teoria evolucionista baseada em dados antropométricos em que se entendia que alguns indivíduos desafortunados viviam em seu presente, e o motivo de tal infortúnio seria o retorno de um passado ancestral que levava esses indivíduos a se comportar como um macaco ou um selvagem devido a sua constituição inata (Gould, 2014).

Para que a teoria de Lombroso ganhasse ainda mais adeptos, malabarismos mentais foram necessários sempre que se defrontava com um fato que não se enquadrava em sua teoria. O foco era depreciar tudo que viesse dos “povos inferiores”, mesmo quando era notado algo considerado valoroso, a distorção acontecia para fazer caber em sua teoria como a ideia de resistência a dor que, quando tratava-se de um “santo branco a enfrentar com coragem a tortura e a morte é um herói entre os heróis”, mas quando tratava-se de “um selvagem” era apenas alguém insensível à dor, retirando assim a humanidade desse indivíduo (Gould, 2014, p.125).

Em 1887 Lombroso publica uma síntese dos estigmas simiescos perceptíveis que caracterizavam um “criminoso nato”, como exemplo temos: mandíbulas grandes, proeminência da face sobre crânio, rugas precoces, pele mais escura, baixa sensibilidade à dor, ausência de reação vascular (incapacidade de enrubescer).

Ainda sobre os estigmas, havia também um conjunto de traços sociais e entre eles estava a forma de falar que era considerado por Lombroso como gíria, uma linguagem carregada de onomatopeias que se assemelhava a linguagem utilizada por crianças e, para refutações quanto a sua teoria, nunca afirmou que todos os atos criminosos são estigmas, apenas dizia que um assassinato poderia ser “obra de um símio inferior dissimulado em um corpo humano, ou de um cornudo decente dominado pela mais justa das iras” (Gould, 2014, p.133). Em síntese: um homem que apresente os estigmas determinados por Lombroso comete o crime movido por sua natureza imutável, mas se o crime for cometido por um homem que não apresente os estigmas, é apenas uma pessoa movida pela força das circunstâncias.

Pós Lombroso, o novo capítulo da história do racismo científico tem início com os estudos de Alfred Binet e adentra o ambiente escolar. Pedagogo e psicólogo francês, Binet estava ocupando o cargo de diretor do laboratório de psicologia da Sorbonne quando decidiu iniciar os estudos sobre a medição da inteligência. Apoiado na craniometria de Broca, chegou a publicar nove artigos sobre o tema em que o seu objeto de estudo eram

estudantes que os professores diziam ser os alunos mais inteligentes ou mais estúpidos e seus resultados finais coadunavam com as ideias do seu mentor Broca (Gould, 2014).

Contratado para ocupar o cargo de Ministro da Educação Pública para desenvolver um estudo cujo objetivo era desenvolver técnicas para identificar crianças cujo fracasso escolar indicasse a necessidade de alguma educação especial, Binet abandona o caráter “médico” da craniometria para seguir com métodos “psicológicos” no desenvolvimento das suas pesquisas (Gould, 2014).

Considerado o inventor do primeiro teste bem-sucedido de inteligência, Binet inventou uma série de tarefas breves relacionadas aos problemas da vida cotidiana que implicariam em procedimentos racionais básicos como a direção, a compreensão, a invenção e a crítica (Gould, 2014). Nessa mescla de diferentes atividades com foco em diversas habilidades, o que o pesquisador esperava era a abstração de um valor numérico que fosse capaz de expressar a potencialidade global de cada criança e o resultado final foi a criação da Escala de Binet.

Aperfeiçoamentos foram feitos e à versão da escala de Binet de 1908 foi acrescentado um critério que desde então tem sido utilizado para a medição do chamado Q.I.: a cada tarefa foi atribuído um nível de idade em que, basicamente, consistia na idade média em que uma criança de “inteligência normal” seria capaz de realizar a tarefa com êxito (Gould, 2014).

Nesse processo, os testes se iniciavam com tarefas correspondentes ao primeiro nível de idade e seguiria realizando as tarefas seguintes até que se deparassem com atividades que não conseguiria efetuar. O resultado era alcançado a partir da idade atribuída a última tarefa desenvolvida com êxito, que corresponderia a “idade mental” da criança testada, e a subtração da sua idade real cronológica e da sua idade mental resultaria em seu nível intelectual geral. Posteriormente, a subtração foi substituída pelo quociente entre a idade mental e a idade cronológica, alteração feita pelo psicólogo alemão W. Stern em 1912, dando origem ao quociente de inteligência, chamado Q.I. (Gould, 2014).

Com relação a seus estudos, Binet estava seguro de que o propósito da escala era identificar crianças que apresentassem problemas e ajudá-las a melhorar e nunca seria com o objetivo de lhe atribuir um rótulo e impor limites, mas a escala de Binet foi absorvida pelos testes de Q.I. e, sobre estes, Gould (2014) aponta que o uso trouxe consequências muito graves para o nosso século pois o auxílio educacional tornou-se

resistente ou foi negado quando tratava-se uma criança submetida a um rótulo de incapacidade determinada biologicamente.

Binet chega aos Estados Unidos através de H. Goddard que foi o primeiro divulgador da escala de Binet e recebe o reconhecimento de ser quem cunhou o termo *débil mental*, termo atribuído aos indivíduos situados um pouco abaixo do nível normal com relação aos testes criados pelo francês (Gould, 2014).

Goddard atuou em um período em que o mundo inteiro estava entusiasmado com o redescobrimto dos estudos de Gregor Mendel, considerado o pai da Genética e presença constante em livros didáticos da 3ª série do Ensino Médio. Nesse período, ingenuamente, os cientistas acreditavam que todos os traços humanos se comportavam como as cores, texturas, tamanhos das ervilhas de Mendel, acreditavam que até mesmo as partes mais complexas do corpo humano podiam ser produto de um único gene e as variações corresponderiam as formas dominante e recessiva desse gene (Gould, 2014).

Essa ideia, muito presente no mundo científico na década de 1910, foi absorvida pelos eugenistas que se apropriaram para afirmar que todos os traços indesejáveis poderiam derivar de genes específicos e poderiam ser eliminados socialmente através da imposição de restrições reprodutivas.

Afim de fazer a psicologia se concretizar como ciência, Yerkes se aproveitou do período inicial da Primeira Guerra Mundial para utilizar o exército como um grande campo de pesquisa, gerando um corpo abundante, útil e uniforme de dados numéricos capaz de fornecer à psicologia a solidez que precisava para ser reconhecida como ciência. É nesse contexto que é nomeado coronel e preside a aplicação de testes mentais em 1,75 milhões de recrutas durante a Primeira Guerra (Gould, 2014).

Muitos dados foram gerados durante as pesquisas dirigidas por Yerkes, entre eles está o negro ocupando o extremo inferior da escala com idade mental de 10,41 e, em acampamentos que utilizavam critérios ainda mais racistas, os negros eram divididos em três grupos de acordo com a intensidade de sua cor: os grupos mais claros conseguiam alcançar resultados mais altos (Gould, 2014). E, para além, ainda existia a afirmativa de que os negros careciam de capacidade iniciativa, apresentando pouco ou nenhum poder de liderança.

Quando considerava as diferenças entre brancos e negros, Yerkes apontava para a escolaridade e sustentava a justificativa de recrutas negros apresentarem baixa taxa de frequência escolar como sendo fruto de uma completa falta de interesse, vinculada ao seu

baixo nível de inteligência (Gould, 2014). O contexto histórico era de más condições operantes das escolas segregacionistas direcionadas para negros, discriminação racial intensa e aprovada legalmente, quando não imposta, e a comum troca da escola pelo trabalho como forma de sobrevivência; fatores que interferem diretamente na frequência escolar desses indivíduos.

Uma série de aplicações sociais surgiram a partir dos testes do exército. Além dos fatores expostos que colocavam os negros em completa desvantagem, os testes eram carregados de informações com traços culturais da sociedade norte americana da época, o que colocava também os imigrantes em completa desvantagem (Gould, 2014). Assim como os negros, os imigrantes ocupavam o final da fila e umas das aplicações geradas a partir desses estudos foi a restrição da entrada de imigrantes no país.

A responsabilidade do declínio da inteligência americana, para Brigham, discípulo de Yerkes, era das pessoas negras e para assegurar a evolução e ascendência da nação, medidas legais foram tomadas: restrição à imigração, tornando-a seletiva e o controle eugênico da reprodução. Outros propagandistas dos resultados dos testes do exército defendiam o segregacionismo racial e o acesso limitado de pessoas negras à educação superior apoiados em dados, como os divulgados em 1922 que afirmavam que 89% dos negros pesquisados tiveram sua debilidade mental comprovada através desses testes (Gould, 2014).

Em 1924 os eugenistas ganharam uma das maiores batalhas do racismo científico em toda história dos Estados Unidos: a aprovação do Immigration Restriction Act. Seis anos mais tarde Brigham se retrata e admite que os testes haviam medido apenas o nível de familiaridade com a língua e a cultura norte americana, e não a inteligência e dessa forma ele paga sua “dívida pessoal”, mas as quotas continuavam em vigor, impossibilitando a entrada de refugiados judeus que tentaram imigrar para os Estados Unidos prevendo o holocausto (Gould, 2014).

Todas as teorias racistas que nasceram no século XIX já caíram por terra, juntamente com concepções criadas a posteriori. O posicionamento geral da ciência hoje é de não validar as ideias que alimentam o determinismo biológico, visto que as maiores mudanças já ocorridas e estudadas são produtos de uma evolução cultural que, diferentemente da evolução biológica, apresenta-se com um ritmo muito mais acelerado.

Sendo assim, há pelo menos 50.000 anos, desde que o *Homo sapiens* apareceu nos registros fósseis, não temos provas de mudanças biológicas referentes ao tamanho do

cérebro, objeto principal do racismo científico durante muito tempo. É alicerçado nesse fato que os argumentos do determinismo biológico fracassam, pois tentavam estabelecer diferenças entre grupos através de caracteres que estão intrinsecamente ligados a evolução cultural da nossa espécie em que nada conecta-se à evolução darwiniana.

Gould (2014) aponta a renúncia do mito da objetividade que os cientistas precisam abraçar como caminho possível para que o avanço à verdade possa ocorrer de forma genuína para tornar a ciência um instrumento de identificação de condicionamentos culturais.

Ainda estamos longe de alcançar o caminho indicado por Stephen Jay Gould e a publicação do livro “A Curva do Sino” (“The Bell Curve”)⁶ escrito por dois professores universitários norte-americanos e publicado em 1994 elucidam que ainda há na comunidade científica quem alimente concepções deterministas, fortificando, mais uma vez, o racismo.

Escrito pelo sociólogo Charles Murray e o psicólogo Richard Herrnstein, professores de Harvard, o livro é resultado de várias pesquisas sobre Q.I. em que, a conclusão é a retomada da concepção criada pela ciência do século XIX: pessoas negras são menos inteligentes do que pessoas brancas. Atribuindo a superioridade branca à fatores genéticos, a produção está longe de ser científica e usa números e estatísticas para esconder posições políticas contra assistência social às pessoas em condições de vulnerabilidade social.

A publicação desse livro criou uma grande polêmica e gerou a produção de dezenas de artigos e resenhas combatendo-o. Por mais que a comunidade científica global já tenha se posicionado contrária a essas concepções sem fundamentação científica e extremamente racista, produções como a de Murray e Herrnstein ainda são possíveis de acontecer. Assim, é necessário que conheçamos verdadeiramente os nossos próprios defeitos e preconceitos antes de apontarmos os de outrem pois, a partir desse

⁶ Para saber mais sobre a publicação e repercussão do livro “A Curva do Sino”, indico a leitura de “Teoria da Curva do Sino e a naturalização das desigualdades sociais” presente no blog Café com sociologia redigido pelos professores Cristiano Bodart, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e Roniel Sampaio-Silva, mestre em Educação pela Universidade Estadual de Rondônia (UNIR) disponível em: <https://cafecomsociologia.com/teoria-da-curva-do-sino-e-naturalizacao/>. E a matéria “Uma questão de inteligência: livro A Curva Normal não é científico” publicada em 31 jan 1995 e atualizado em 16 Maio 2018 no site da revista Super Interessante disponível em: [://super.abril.com.br/ciencia/uma-questao-de-inteligencia-livro-a-curva-normal-nao-e-cientifico/](https://super.abril.com.br/ciencia/uma-questao-de-inteligencia-livro-a-curva-normal-nao-e-cientifico/)

reconhecimento, eles poderão deixar de ser impedimentos para se tornarem instrumentos capazes de produzir sapiência para além das amarras deterministas.

Como exemplo ainda mais recente de como a produção do racismo científico ainda segue presente socialmente, em 01 de outubro de 2021 foi publicado por Ernesto Neves e Caio Saad no site Veja Ciência a reportagem em que afirma que “Pesquisas mostram que a inteligência do ser humano está regredindo”⁷. No texto em questão, o tempo desperdiçado nas redes sociais e a polarização política são alguns dos principais responsáveis pelo recuo, depois de décadas de evolução e, como comparativo e comprovação desse declínio, utiliza dados do Q.I. médio de boa parte do século XX de alguns países desenvolvidos.

A publicação tece críticas diretas ao uso das tecnologias, mostrando seus prós e contras, atrelando a queda na “inteligência humana” aos efeitos negativos da tecnologia disponível para crianças e adultos nos tempos atuais. Nomes como Galton e Binet são citados para falar sobre a área da ciência que se preocupa com a aferição cognitiva, afirmando que a escala Stanford-Binet é utilizada até hoje.

A grande problemática é que, em momento algum, os autores do texto tecem qualquer crítica aos mecanismos de como a escala foi criada e nem sobre a ineficiência em se calcular a inteligência humana através de testes psicológicos que cumprem muito mais o papel de quantificar o quanto se sabe sobre determinada cultura do que medir quão inteligente uma pessoa é.

A reportagem segue citando inúmeros testes de Q.I. realizados em diferentes países e seus resultados finais, além de dá dicas e sugestões para que a sociedade não sofra com os efeitos deletérios do excesso digital. Os efeitos prejudiciais do uso excessivo de telas, internet e redes sociais é conhecido e divulgado e não é sobre isso que recai a crítica. No Brasil, a legislação e a normatização do Conselho Federal de Psicologia asseguram que apenas psicólogos podem adquirir, aplicar e fazer uso dos resultados de testes psicológicos e de inteligência, porém muitos pesquisadores discordam desse método de aferição de inteligência pois acreditam que podem estratificar injustamente os resultados por raça, gênero, classe social e cultura.

⁷ Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/ciencia/pesquisas-mostram-que-a-inteligencia-do-ser-humano-esta-regredindo/>

Conhecendo brevemente o histórico da Stanford-Binet e as consequências que a utilização de teste Q.I. já trouxe para a sociedade norte-americana e, principalmente, para os estereótipos negativos criados e atribuídos para as pessoas negras, essa reportagem expõe o quanto os vestígios do racismo científico ainda estão presentes. A questão de etnia não é citada no decorrer do texto, mas o questionamento que fica é o quanto confiáveis esses dados são?

A criticidade é fator determinante quando falamos em produção científica. Expor o racismo científico e tornar comum informações de como a ciência contribuiu para a consolidação do preconceito racial, apresenta-se como uma ferramenta potente na luta antirracista. Se ontem tivemos cientistas homens e brancos para dizer que existiam “raças” superiores e inferiores, hoje temos pessoas negras e não negras comprometidas para ocupar esses espaços, que ainda é elitizado, e produzir ciência para desmentir uma falácia alimentada por séculos e proporcionar um contar de uma história que deixa de ser narrada por apenas um viés.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANTUNES, A. P. A rede dos invisíveis: **Uma análise dos auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866)**. 2015. Dissertação de mestrado - Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20457>. pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

CITELI , M. T. **Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento**. Rev. Estud. Fem. vol.9 no.1 Florianópolis, 2001.

DORIA, C. A. **Cadências e Decadências do Brasil** (o futuro da nação à sombra de Darwin, Hæckel e Spencer). Campinas: [s. n.], 2007.

GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HAAG, C. As fotos secretas do professor Agassiz: Exposição e livro trazem à luz imagens polêmicas feitas por rival de Darwin. **Revista Pesquisa FAPESP**. Edição 175. Set. 2010. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-fotos-secretas-do-professor-agassiz/> Acesso em 2 out. 2021.

KURY, L. B. A sereia amazônica dos Agassiz: Zoologia e racismo na Viagem ao Brasil **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 157-172. 2001.

OLIVEIRA, I. M.; SANTOS; N. C. S. Solidão tem cor? Uma análise sobre a afetividade das mulheres negras. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais** • Aracaju • V.7 • N.2 • p. 9 - 20 • Out. 2018.

PADOVANI, N. C. O olhar sobre uns de outros: desnudando rastros e raças de Louis Agassiz. PROA – **Revista de Antropologia e Arte**. 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2624/0> Acesso em 12 abr. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Informações dos autores

Jéssica Ohana Silva Pereira. Mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Docente do ensino médio no Colégio Estadual Luís Prisco Viana, Caetité-BA.

Contribuição de autoria: autora.

URL do Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7029281383829370>

Zoraide Portela Silva. Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, docente permanente do Programa de Pós-Graduação, mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem (GPCSL).

Contribuição de autoria: autora.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2229669948834374>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

PEREIRA, Jéssica Ohana Silva; SILVA, Zoraide Portela. Ciência branca, origem negra: o biodeterminismo ao longo da história. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, Caetité, vol. 6, n. 11, 2023, p. 79-103.